

# Os misteriosos e incertos caminhos da História

Quais as molas ocultas que põem em andamento o processo histórico, isto é, as mudanças nas sociedades e nas civilizações? Por que elas se sucedem com ritmos diferentes, conforme os lugares e as épocas? É possível atribuir-lhes um sentido, notar a progressão da humanidade num determinado rumo?

Como explicar a longa permanência de alguns traços culturais, o sumiço rápido de outros e, ainda, o ressurgimento esporádico de uns tantos que julgávamos

sepultos num passado por vezes remoto? Indagações problemáticas, cujas respostas têm sempre dividido historiadores, filósofos, antropólogos e outros estudiosos das ciências humanas, elas permeiam continuamente o livro do professor Victor Deodato da Silva, recentemente publicado sob o título

de *Os Impasses do Historicismo: Modo de Produção e Trifuncionalidade Social (Idade Média - Atualidade)*.

Acreditamos que essas questões insinuaram-se aí, até

JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA MELLO é professor do Departamento de História da FFLCH-USP e autor de *O Cotidiano no Imaginário Medieval*.

*Os Impasses do Historicismo: Modo de Produção e Trifuncionalidade Social (Idade Média - Atualidade)*, de Victor Deodato da Silva. São Paulo, Editora Giordano, 1992.



NESTA E NAS  
OUTRAS PÁGINAS,  
OFÍCIOS MEDIEVAIS,  
GRAVURAS DO  
METROPOLITAN  
MUSEUM OF ART.

certo ponto, involuntariamente, porquanto esse trabalho teve início com umas simples considerações críticas a propósito da publicação do conhecido medievalista francês Georges Duby, *Les Trois Ordres ou l'Imaginaire du Féodalisme* (Paris, 1978). Fruto de toda uma carreira dedicada à História Medieval, pontilhada por inúmeras publicações nos domínios da história econômica e social, esta obra não se constitui propriamente numa abordagem da sociedade medieval, mas sim numa análise de sua representação no mental coletivo do período. Tomando por base os textos de dois bispos medievais, Adalbéron de Laon e Gérard de Cambrai, Duby fez um estudo da visão tripartida do conjunto social, que se queria dividido em três ordens funcionais: sacerdotes, guerreiros e lavradores. Para explicar a formação e a difusão desse modelo tripartido na Europa, a partir do século XI, ele recorreu, entretanto, a conceitos próprios da historiografia marxista, tais como: “modo de produção”, “revolução”, entre outros. É pois em relação à viabilidade desse emprego e à validade da extensão do modelo tripartido de maneira genérica para a Europa medieval que se levantam as principais dúvidas do professor Victor Deodato.

Na formulação final dessas dúvidas ele ultrapassa, porém, os estreitos limites cronológicos do medievo, questionando a colocação das mudanças no modo de produção como as únicas e essenciais propulsoras da história e a utilização de “modelos” como fatores de explicação histórica. Mas, no caso do modelo trifuncional de repartição da sociedade, temos um problema intrigante, o de sua efetiva reaparição em diversas épocas da história.

A longa familiaridade com a documentação medieval e a grande erudição do autor permitem-lhe, conquanto reconhecendo a inestimável contribuição de Duby, fazer reparos à utilização que dá ao conceito de modo de produção, ligando sua alteração a uma lenta “revolução feudal” entre os séculos XI e XII. Para ele não ocorreu nenhuma das duas coisas, além de considerar duzentos anos como um espaço de tempo demasiado extenso para uma “revolução”. Associar então a tais transformações o aparecimento da trifuncionalidade social vem a ser, por conseguinte, um contra-senso, mesmo porque esta já desponta na obra de Alfredo, o

Grande, rei da Inglaterra, bem antes de sua formulação por Adalbéron de Laon e Gérard de Cambrai. Despertada a curiosidade, o professor Victor resolve acompanhar as vicissitudes dessa visão tripartida até o final da Idade Média.

Com isso apenas teríamos já um opúsculo de aproximadamente noventa páginas; contudo ele entendeu ser preciso investigar a gênese e o conteúdo da idéia de “modo de produção” e seu lugar no contexto da concepção histórica marxista, a fim de melhor dimensionar-lhe o emprego por Georges Duby. Destarte o ensaio crítico ganhou uma introdução nada modesta de cento e sessenta e nove páginas.

A primeira parte do livro é então um estudo do pensamento histórico marxista, o qual se enquadra na categoria dos historicismos, a saber interpretações da história como uma progressão linear, não cíclica ou aleatória. Segundo as correntes historicistas a humanidade, tendo partido de um determinado ponto, vem avançando mediante sucessivas etapas até um fim previsível, catastrófico ou não. É esse, por exemplo, o sentido da história entre os pensadores cristãos de diversas épocas: o Homem, após a Queda, caminha através de vários cortes cronológicos, as idades, até o Julgamento Final que deve pôr cobro a este mundo. A visão marxista é similar, com forte conotação ética, embutindo a nostalgia de um passado ideal e as noções de queda e redenção, embora sem o transcendentalismo final do conceito cristão. O autor observa que os procedimentos dialéticos empregados por Marx têm origem remota, sofrendo transformações entre seus antecessores imediatos e com ele próprio. Eles desembocam invariavelmente no instrumental conceptual e terminológico usado para explicar os mecanismos que movem a história, acionando as transformações econômicas, sociais e outras delas decorrentes. Aí entram, assim, os conceitos de “classe”, “luta de classes”, “estrutura”, “superestrutura”, “revolução”, entre outros e, naturalmente, o de “modo de produção” que vem definir, então, as diversas fases pelas quais as sociedades devem passar até atingirem o grau de perfeição e harmonia sociais com a igualdade entre os homens.

Pesando cuidadosamente os prós e contras de tal abordagem o autor verifica as



possibilidades abertas pelo conceito de “modo de produção” e outros que lhe vêm no encaixo, como o de progresso e evolução, para um estudo científico da história, isento de proselitismo ideológico. Reconhece-lhe a contribuição ao enfatizar os aspectos econômicos e sociais, pouco apreciados pela historiografia tradicional; mas também não deixa de notar que, o mais das vezes, os historiadores de linha marxista confundem a teoria com a práxis (isto é: com a militância ideológica) e, no afã de provar a correção de seu ponto de vista, acabam distorcendo voluntária ou involuntariamente os fatos e dados históricos. A história deixa portanto de ser um objetivo em si, para tornar-se instrumento de uma ideologia, o que ele exemplifica com a análise do “Prefácio” à edição da *Crônica de D. João I* de Fernão Lopes, escrito pelo historiador português Antônio Sérgio. Não se satisfazendo, contudo, com uma ilustração somente e para revelar como as armadilhas do determinismo histórico enredaram outras disciplinas, o autor dedica ainda um capítulo à Arte, à Música em particular, da qual é bom conhecedor. Nele são vistas sobretudo as idéias proféticas de Pierre Boulez acerca do inevitável advento da música serialista como remate último de toda uma evolução milenar.

A exposição das numerosas sendas que tomaram as idéias de Karl Marx entre seus seguidores dá azo a uma melhor compreensão da posição de Duby e dos conceitos e modelos que utilizou na apreensão da sociedade medieval.

E mais. A fecundidade do pensamento e a magnitude das questões tratadas nessas duas partes impulsionaram o autor a continuar o trabalho, transportando suas reflexões para as sociedades do presente. A última seção do livro ocupa-se, por conseguinte, do ressurgimento dos esquemas sociais tripartidos em nosso século. Isto não significa, todavia, que houvessem desaparecido completamente após a Idade Média; mas, tão-somente que o professor Victor, alegando a necessidade de maiores pesquisas, limitações pessoais e a própria natureza ensaística do presente volume, recusou-se a rastrear-lhes o destino na Idade Moderna.

Parafraçando o procedimento de Duby, que no *Les Trois Ordres* partira de textos de Adalbéron de Laon e Gérard de Cambrai, ele relembra uma citação de G. Dumézil

acerca da revivescência das formas trinitárias de composição social na Alemanha nazista e na União Soviética. Esta última principalmente é o objeto de sua atenção, com uma análise acurada de seus quadros políticos e sociais que repetem o esquema trifuncional na divisão entre o Partido e a máquina governamental, o Exército e o aparelho repressivo e, por fim, o Proletariado. Daí ele assenta as baterias sobre os países do Terceiro Mundo dominados por sistemas mistos de socialismo, nos quais o referido esquema reaparece aberta ou camufladamente com matizes diversos.

É com a descrição do fenômeno na atualidade que lhe percebemos toda a complexidade (na Idade Média não foi muito menor!) e o espinhoso problema do grau de correspondência entre ele e a realidade social que recobre. Daí a interrogação que permanece ao longo do trabalho: a trifuncionalidade é (e chegou a ser de fato em algum momento?) uma forma efetiva de organização social? Ou trata-se somente de uma racionalização, de um modo de apreender e dispor mentalmente, simplificando-a, uma realidade social mais complicada e fugaz? Ou, ainda, não passa de uma ideologia de grupos sociais dominantes, fabricada para garantir-lhes a ascendência e a legitimidade? O número de páginas e os esforços envidados pelo autor para respondê-la nos revelam quão difícil é chegar a uma solução satisfatória.

A constatação da existência do modelo tripartido na atualidade levanta igualmente outra questão importante, não menos dificultosa: como explicá-la? Dumézil provou serem as representações triádicas (divinas, sociais e outras quaisquer) próprias dos povos indo-europeus, sua origem e motivação perdendo-se nas trevas de um passado remoto. Entretanto, esses esquemas têm, por vezes, resistido muito bem ao desgaste do tempo: veja-se o conhecido caso das castas hindus, ou o da trindade divina nas religiões ocidentais. Infelizmente no setor da organização sociopolítica nem sempre eles emergem com a mesma clareza do sistema hindu. Mesmo na Idade Média houve um certo grau de defasamento entre a imagem trifuncional e a realidade histórica: as objeções do autor às conclusões de G. Duby bem o demonstram. Para o presente então a coisa se faz mais complicada. Como aparente hiato entre



sua manifestação medieval e a hodierna (daí a necessidade de estudos sobre o período moderno) não é possível determinar com segurança a modalidade de sobrevivência do esquema trifuncional: sucessão direta mediante o encadeamento histórico ou conservação vegetativa no inconsciente coletivo, com ressurgências esporádicas aqui e ali? A procura de uma resposta adequada levou o autor a expandir o leque de suas especulações entrando no terreno de disciplinas como a Sociologia, Antropologia, Psicologia e até a Biologia para, retornando, rematar o ensaio com considerações a propósito do sentido da história.

Tantos meandros e tantas ramificações temáticas tornam ingrata a tarefa de resumir esse trabalho sem cometer alguma injustiça. O seu rico estoque de idéias, interessantes e originais, se empobrece pela impossibilidade de expor-lhes todos os matices numas poucas linhas. Embora longo, trata-se de um livro estimulante que conse-

gue, graças à feliz disposição dos assuntos, prender a atenção do leitor. Mas, agradável, a leitura lhe não é fácil. Conduzido pela excessiva preocupação com a clareza (e também com a modéstia), Victor Deodato conseguiu, numa espécie de dialética perversa, obscurecê-la com um sem-número de parênteses explicativos que cortam amiúde a seqüência das frases, forçando o leitor a contínuos retornos para recapturar-lhes o sentido. Contraproducente à primeira vista, tal procedimento não deixa de ter também seu lado bom, como requerer mais lentidão e, portanto, maior atenção à leitura. Virtude semelhante já encontrava Santo Agostinho nas obscuridades das Sagradas Escrituras, alegando terem sido inspiradas por Deus para reduzir a pressa dos mais afoitos e domar o orgulho dos presunçosos que, achando o texto muito acessível, certamente o desprezariam sem valorizar devidamente os ensinamentos nele contidos (*Da Doutrina Cristã*, II:6).